



## O NOME ALÉM DO COMO: POSSIBILIDADES DE DIÁLOGO ENTRE O QUANTITATIVO E O QUALITATIVO APLICADAS ÀS PRÁTICAS DE NOMINAÇÃO

NATHAN CAMILO\*

Tradicionalmente embasadas em metodologias quantitativas e seriais, as pesquisas realizadas no âmbito da História da População e da História da Família têm experimentado nos últimos anos um grande aumento na quantidade de produções que fazem uso da microanálise e do estudo de trajetórias individuais e familiares. Reflexo das limitações apresentadas pelas abordagens puramente quantitativas, as quais, segundo Carlo Ginzburg (1989), podem gerar uma história social homogeneizada. Em resposta a esse problema, muitos investigadores optaram por circunscrever o âmbito investigativo, a fim de possibilitar a sobreposição de séries documentais, tendo por guia o nome do indivíduo. Procedimento intitulado pelo pesquisador italiano como *método onomástico*.

Método que, lembram Justo Serna e Analet Pons (2012), não necessariamente pressupõe o abandono da investigação serial. Com efeito, conforme Norberta Amorim (1983), os estudos demográficos, apesar de terem em vista os números, trabalham obrigatoriamente com nomes, pois é necessária a correta identificação dos indivíduos para que os dados obtidos tenham validade.

Os recentes debates realizados por historiadores da população e da família têm apontado para uma possibilidade de diálogo entre as abordagens quantitativas e os métodos advindos da microanálise. Dentro desse contexto, propõe-se aqui apresentar possibilidades de combinação entre o quantitativo e o qualitativo aplicadas à análise das práticas de nomeação adotadas pela população da freguesia Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre entre o final do século XVIII e o início do século XIX.

Conforme acima referido, um ponto comum entre a análise demográfica serial e o estudo de trajetórias é o uso do nome como instrumento metodológico de identificação dos indivíduos nas fontes documentais. Entretanto, a aplicação do método onomástico para populações luso-brasileiras anteriores ao século XX revelou-se um desafio por conta de certas especificidades de suas práticas de nomeação. Problema apontado por diversos

---

\* Mestrando em História – Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Este trabalho está sendo realizado com apoio do CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Brasil.

investigadores dentro da História da População e História da Família, como Ana Silvia Volpi Scott e Dario Scott (2013:110):

Falta de regras para transmissão dos nomes de família, alteração e/ou inversão de nomes e sobrenomes, ausência de nomes de família para a maioria da população feminina, concentração na escolha de alguns nomes de batismo – tanto para homens como para mulheres – alto índice de homônimos.

Ademais, conforme alertou Rodrigo de Azevedo Weimer (2013:329-330), os nomes possuem um papel simbólico e envolvem questões de classificação e significação, o que justifica que o nome seja tratado pelos pesquisadores de forma mais complexa, não só como uma ferramenta metodológica:

Os nomes não são apenas rastros a serem perseguidos. Eles não são neutros: traduzem relações de poder e hierarquias. [...] Expressam formas de classificação social e disposições identitárias individuais, familiares ou grupais frente aos demais. [...] Os nomes trazem impressos em si tradições, memórias e experiências vividas. Evidenciam formas de relacionar-se com o passado. A ele rendem homenagem e também projetam o que se espera do devir.

Em trabalho clássico, Claude Lévi-Strauss (2012:201) já assinalara que o papel do nome vai além da mera *identificação* dos indivíduos dentro de uma população: “Os nomes próprios fazem parte integrante de sistemas tratados por nós como códigos: modos de fixar significações, transpondo-as para os termos de outras significações”. Logo, o nome também tem a função de *significar*. Os significados, conforme Robert Rowland (2008), possibilitam que o nome possa relacionar o sujeito com os demais, estabelecendo-se assim a identidade social da pessoa nominada.

Com a interação dos significados atribuídos ao nome, manifesta-se a terceira função apontada por Lévi-Strauss (2012): *classificar*. Esta qualifica ou desqualifica os indivíduos em um grupo devido ao seu nome. O intuito de desqualificação pode ser exercido, conforme João de Pina Cabral (2008), pela atribuição discricionária de um nome a outro indivíduo, pela interdição a nomes que possuam alguma rejeição ou proibição e pela discriminação a formas de nominação alternativas ao nome oficial. Por sua vez, o fim de qualificação considera que, de acordo com Martha Hameister (2006), os atributos de um sujeito podem ser incorporados ao seu nome e, legando-se este a outrem, os atributos também são transmitidos.

Partindo dessa perspectiva, chega-se à ideia, formulada por Hameister (2006), do nome como um patrimônio imaterial familiar passível de transmissão a seus sucessores. Nesta, também entravam os atributos vinculados ao nome, fazendo com que a pessoa pudesse herdar também o prestígio do portador original. Em suma, dava-se e recebia-se uma herança imaterial, no sentido trabalhado por Giovanni Levi (2000).

Logo, a escolha de um nome, para José Mercer e Sérgio Nadalin (2008), é um ato de liberdade relativa, visto que regulada pelas normas do grupo social. Ou seja, o que Levi (2000:46) define por racionalidade limitada: uma ação “fruto do compromisso entre um comportamento subjetivamente desejado e aquele socialmente exigido, entre liberdade e constrição”. Por conseguinte, a eleição de um nome habitual evidencia a busca por pertencimento, enquanto que a escolha de um nome “exótico” indica afastamento do grupo e busca de novas identidades (MERCER; NADALIN, 2008).

Os aspectos acima mencionados evidenciam o papel relevante que as práticas de nomeação possuem nas diversas sociedades. Nosso estudo busca compreender de forma mais clara a dinâmica dos nomes, ou seja, como se davam os processos de atribuição, incorporação, variação e transmissão de prenomes, segundos nomes e sobrenomes dentro dos diversos estratos da população livre e forra de Porto Alegre. Para essa análise, fazemos uso do cruzamento nominativo entre os registros paroquiais de batismo, casamento e óbito inseridos em um banco de dados informatizado, o NACAOB. Este permite a exploração sistemática das informações pertinentes, tanto quantitativa quanto qualitativa.

Resultados apresentados em ocasiões anteriores reiteraram a tendência à escolha predominante dos prenomes mais populares, com resultados semelhantes aos encontrados em paróquias luso-brasileiras analisadas por outros investigadores. 52,7% dos meninos batizados em Porto Alegre recebiam o prenome José, João, Manuel, Antônio ou Francisco. Quanto às meninas, 38,4% foram prenomadas Maria, Ana, Francisca, Joaquina ou Rita.

A prática da concentração da escolha em poucas opções ampliava a possibilidade de os neófitos receberem o mesmo prenome, ou segundo nome, dos pais e/ou padrinhos. Considerando estes casos, mais de 47% das crianças batizadas na Madre de Deus tinha atribuído como prenome o antenome ou o segundo nome dos pais e/ou padrinhos, que podia ser também flexionado em gênero. Conforme tabela 1, era mais comum receber prenome oriundo dos padrinhos do que dos pais.

Tabela 1 – Origem dos prenomes (%) dos indivíduos batizados na Matriz de Porto Alegre (1772-1835)

Origem do prenome	Feminino		Masculino	
	NA	%	NA	%
<b>Pai/mãe</b>	<b>1.061</b>	<b>16,7</b>	<b>1.351</b>	<b>20,8</b>
Só pai/só mãe	634	10,0	858	13,2
<b>Padrinho/madrinha</b>	<b>2.023</b>	<b>31,9</b>	<b>2.556</b>	<b>39,3</b>
Só padrinho/Só madrinha	1.596	25,2	2.063	31,7
<b>Pais+padrinhos</b>	<b>427</b>	<b>6,7</b>	<b>493</b>	<b>7,6</b>
<b>Subtotal</b>	<b>2.657</b>	<b>41,9</b>	<b>3.414</b>	<b>52,5</b>
Outras origens	3.679	58,1	3.094	47,5
<b>Total</b>	<b>6.336</b>	<b>100</b>	<b>6.508</b>	<b>100</b>

Fonte: NACAOB. Base de dados Freguesia Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre. Extração 22 abr. 2015.

Percentuais expressivos que levam a um questionamento acerca das motivações para escolher determinados prenomes em lugar de outros. Podia ser a eleição de opções já existentes no estoque social e familiar como afirmação de pertencimento (MERCER; NADALIN, 2008), voluntário ou compulsório. Podia ser uma homenagem ao portador original do nome, um desejo de transmitir atributos junto com o nome ou uma estratégia de consolidação de relações de compadrio (HAMESITER, 2003; 2006). Por sua vez, para os libertos, o uso recorrente de prenomes podia ter a finalidade de recriar suas ancestralidades e a própria memória do cativo (WEIMER, 2013).

Referente aos sobrenomes luso-brasileiros, Nuno Gonçalo Monteiro (2008) diz que não havia regras definidas para composição e transmissão antes do século XIX. A onomástica luso-brasileira tradicionalmente afirma que as mulheres faziam menor uso de nomes de família em prol de segundos nomes. Entretanto, era comum os segundos nomes serem transmitidos para os descendentes, às vezes convertendo-se em um nome de família. Considerando a origem familiar dos segundos nomes e/ou sobrenomes, não se nota grande variação entre os gêneros. A tabela 2, desenvolvida a partir dos assentos de casamento de Porto Alegre, usou como amostragem os/as noivos/as considerados/as à época socialmente “desqualificados/as” e os/as noivos/as considerados/as à época socialmente “qualificados/as”.

Tabela 2 – Origem do(s) segundo(s) nome(s) e/ou sobrenome(s) (%) dos/as noivos/as “qualificados/as” ou “desqualificados/as” que se casaram na Matriz de Porto Alegre (1772-1835)

Origem do(s) nomes	“Qualificados/as”				“Desqualificados/as”			
	Feminino		Masculino		Feminino		Masculino	
	NA	%	NA	%	NA	%	NA	%
<b>Um nome</b>	<b>18</b>	<b>6,5</b>	<b>12</b>	<b>8,3</b>	<b>163</b>	<b>31,2</b>	<b>130</b>	<b>34,1</b>
Pai	8	2,9	7	4,9	5	1,0	8	2,1
Mãe	2	0,7	0	0,0	23	4,4	4	1,0
Outra	8	2,9	5	3,5	135	25,9	118	31,0
<b>Dois ou mais nomes</b>	<b>259</b>	<b>92,8</b>	<b>129</b>	<b>89,6</b>	<b>290</b>	<b>55,6</b>	<b>188</b>	<b>49,3</b>
Só pai	22	7,9	33	22,9	4	0,8	8	2,1
Só mãe	11	3,9	0	0,0	29	5,6	0	0,0
Pai e mãe	38	13,6	7	4,9	1	0,2	0	0,0
Pai e outra	99	35,5	47	32,6	10	1,9	13	3,4
Mãe e outra	24	8,6	8	5,6	52	10,0	12	3,1
Pai, mãe e outra	12	4,3	7	4,9	1	0,2	0	0,0
Só outra	53	19,0	27	18,8	193	37,0	155	40,7
<b>Subtotal</b>	<b>277</b>	<b>99,3</b>	<b>141</b>	<b>97,9</b>	<b>453</b>	<b>86,8</b>	<b>318</b>	<b>83,5</b>
Só prenome	2	0,7	3	2,1	69	13,2	63	16,5
<b>TOTAL</b>	<b>279</b>	<b>100</b>	<b>144</b>	<b>100</b>	<b>522</b>	<b>100</b>	<b>381</b>	<b>100</b>

Fonte: NACAOB. Base de dados Freguesia Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre. Extração 22 abr. 2015.

Se não se constata grandes diferenças entre homens e mulheres de condição social equivalente, o mesmo não pode ser dito entre estratos sociais diferentes. Os/as “desqualificados/as” em geral utilizavam menos nomes, sendo que estes tinham maior possibilidade de não serem originários de nenhum dos pais. Vale lembrar, porém, que os dados devam ser relativizados, pois em muitos registros de casamento de noivos/as menos privilegiados/as socialmente não constavam os nomes dos pais dos nubentes. De todos os modos, o panorama apresentado corrobora a tese de Sérgio Luiz Ferreira (2006). Para este pesquisador, a transmissão de nomes de família era uma questão de classe – ou melhor, de estrato social – e não de gênero.

Essas e outras questões suscitadas a partir da análise quantitativa da origem familiar dos prenomes, segundos nomes e sobrenomes podem ser mais bem averiguadas com a redução da escala de observação. Procedimento que, como anteriormente tratado, permite também antever a construção e a utilização dos nomes ao longo de uma existência. Examinemos um caso de uma família, iniciada com a parda forra Ângela Francisca Coelho, cujos indícios apontam para um processo de ascensão social de alguns de seus membros.

Este caso foi o escolhido porque as informações encontradas nos registros paroquiais viabilizaram a reconstituição de sua trajetória e de sua descendência com um grau de detalhes nem sempre encontrado em indivíduos de condição social semelhante. Elementos que possibilitaram também o cruzamento com outros documentos. Até o momento, incorporamos na análise a sua escritura de alforria. Sabe-se ainda da existência do testamento de Ângela e que ela foi a universal herdeira do padre Antônio Soares Gil, que também deixou testamento.

Com o cruzamento dos registros paroquiais e da escritura de alforria, constatou-se que Ângela Francisca Coelho adotou como segundo nome e como sobrenome, respectivamente, o prenome e um dos sobrenomes de seu ex-proprietário, o capitão-mor Francisco Coelho Osório. A mesma composição foi adotada pela outra ex-escrava liberta pela mesma escritura, Perpétua Francisca Coelho. No ato de alforria, o senhor alegou ter “certeza de [ambas] serem suas filhas com uma sua escrava por nome Tomásia”.

O nome completo só passou a ser usado por Ângela após o nascimento de seu primeiro filho, José. A partir de então, a maioria dos registros referentes a ela passaram a tratá-la pelo nome completo, mas em alguns poucos ela apareceu sem o sobrenome.

As filhas mulheres de Ângela adotaram segundo nome idêntico ao da progenitora: Emerenciana, Ana – e provavelmente também Angélica – compartilhavam o nome Francisca do Vale. Já o filho homem que teve sua trajetória localizada tinha segundo nome e sobrenome diferentes: Timóteo José Rodrigues.

A partir dos indícios, pode-se perceber que a falta de regras para transmissão de nomes de família possibilitava uma série de opções de estratégias, dentro das regras de uma sociedade estratificada e de uma racionalidade limitada. Na família em questão, foram adotadas práticas diferentes na nomenclatura dos filhos em relação à nomenclatura das filhas.

Ambos os filhos homens – José e Timóteo – receberam prenomes vindos, respectivamente, do segundo nome e do prenome de seus padrinhos (Antônio José Oliveira e capitão Timóteo José Carvalho). Timóteo adotou também o segundo nome de seu padrinho,

enquanto o sobrenome ainda não teve sua origem localizada. Aqui provavelmente foi utilizada a estratégia do nome em comum como elemento de consolidação das relações de compadrio. Segundo Hameister (2003), era comum padrinhos que ainda não tinham um nome consolidado, mas pertencentes a famílias socialmente privilegiadas, transmitirem seus prenomes de modo a ampliar seu prestígio perante a comunidade. Laços que podem ter sido aprofundados com a adoção de segundo nome também idêntico, possibilidade evidenciada por um indício encontrado em um registro de óbito de um dos filhos do Timóteo afilhado. Foi adicionado a seu nome o sobrenome do padrinho, sendo registrado como Timóteo José Rodrigues Carvalho.

Os prenomes das três filhas não tiveram sua origem localizada, ainda que seja improvável que tenham sido escolhidos de forma aleatória. Como eram prenomes já existentes no estoque nominal da Madre de Deus, é plausível que tenham sido escolhidos como uma homenagem ou uma estratégia de aproximação com alguma pessoa importante ou querida pela família.

Para as filhas, uma possível conjectura é o uso do segundo nome como elemento de ligação com a figura paterna nunca reconhecida oficialmente nos registros paroquiais. Outra possibilidade, baseada na hipótese de Weimer (2013), é o indicativo da memória do cativo. Já o descarte do sobrenome de Ângela pelas descendentes em prol de outro evidencia um possível processo de criação de novas identidades familiares, as quais caberiam às mulheres a sua transmissão e manutenção.

Nova identidade que pode ter se motivado devido a um processo de ascensão social de alguns membros da família, indiciado por alguns elementos encontrados na trajetória. Ângela era tratada nos registros paroquiais como “parda forra”; por ocasião de sua morte, teve registrado apenas o atributo “parda”, além de constar a existência de testamento. Suas filhas tinham como único atributo “desqualificador” o designativo “filha natural”.

O nome “Francisca do Vale” também foi adotado pela filha natural de Emerenciana, Luísa Francisca do Vale. Nome adotado até o óbito de seu primeiro filho homem; a partir deste registro, ela passou a usar o nome de família de seu cônjuge, passando a ser registrada como Luísa Francisca Cordeiro. Após o nascimento de sua terceira filha, Luísa passou a ser designada “filha legítima” e incorporou o atributo de “dona”.

No devir desse processo, o nome “Francisca do Vale” seguramente passou a ganhar prestígio junto ao processo de ascensão social. Entretanto, deixou de ser adotado com a

oportunidade de se utilizar um nome considerado mais importante, possível motivação que teria levado Luísa a adotar o nome de família do marido.

O caso acima exposto, longe de ter a pretensão de esgotar as diferentes possibilidades disponíveis, possibilitou uma primeira exploração das estratégias disponíveis para a constituição, usos e legação dos nomes pela população de Porto Alegre entre o final do século XVIII e o início do século XIX. Possibilidades que não se restringiam a membros da elite, pois mesmo os sujeitos pertencentes a grupos sociais menos privilegiados podiam imprimir significado a seus nomes e a manejá-los, evidentemente dentro de uma perspectiva de racionalidade limitada e dentro dos limites de uma sociedade hierarquizada.

À guisa de conclusão, esta breve exposição das possibilidades de análise das práticas nominativas demonstrou tanto algumas das potencialidades da combinação entre abordagens quantitativas e qualitativas quanto a importância do estudo dos nomes. Não só como um instrumento metodológico para identificação dos indivíduos nos documentos históricos, mas como um elemento portador de significados tanto para os indivíduos nominados quanto para os grupos familiares e sociais nos quais os sujeitos estão inseridos. Significados que possibilitam o uso do nome com fins de classificação, fazendo com que este se converta em um patrimônio imaterial e confira prestígio ao seu portador de acordo com a sua posição em uma sociedade de desiguais. Com isso, o próprio acesso ao nome e a transmissão eram também desiguais.

Os dados encontrados nas análises quantitativa e qualitativa reiteram a importância que os membros da sociedade da época depositavam nos nomes, o que implicava em distintas estratégias de atuação em relação aos prenomes, segundos nomes e sobrenomes. Desde a tendência de serem atribuídos e transmitidos nomes já presentes na família e comunidade até a consolidação de um processo de mobilidade social.

## REFERÊNCIAS

AMORIM, Norberta. Identificação de pessoas em duas paróquias do Norte de Portugal (1580-1820). **Boletim de Trabalhos Históricos**, Guimarães, v. XXXIV, p. 213-279, 1983.

FERREIRA, Sérgio Luiz. **“Nós não somos de origem”**: populares de ascendência açoriana e africana numa freguesia do sul do Brasil (1780-1960). Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

GINZBURG, Carlo. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico; PONI, Carlo. **A micro-história e outros ensaios**. Lisboa: Difel, 1989. p. 169-178.

HAMEISTER, Martha Daisson. Na pia batismal: estratégias de interação, inserção e exclusão social entre os migrantes açorianos e a população estabelecida na vila de Rio Grande, através do estudo das relações de compadrio e parentescos fictícios (1738-1763). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA, 5, 2003, Caxambu. **Anais eletrônicos...** Campinas, ABPHE, 2003. Disponível em: [http://www.abphe.org.br/congresso2003/Textos/Abphe\\_2003\\_91.pdf](http://www.abphe.org.br/congresso2003/Textos/Abphe_2003_91.pdf). Acesso em: 15 maio 2010.

\_\_\_\_\_. **Para dar calor à nova povoação**: estudo sobre estratégias sociais e familiares a partir dos registros batismais da vila do Rio Grande (1738-1763). Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

LEVI, Giovanni. **A herança imaterial**: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **O pensamento selvagem**. 12. ed. Campinas: Papyrus, 2012.

MERCER, José Luiz da Veiga; NADALIN, Sérgio Odilon. Um patrimônio étnico: os prenomes de batismo. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 17, p. 12-21, jul.-dez. 2008.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Os nomes de família em Portugal: uma breve perspectiva histórica. **Etnográfica**, Lisboa, v. 12, n. 1, p. 45-58, maio 2008.

PINA CABRAL, João de. Recorrências antroponímicas lusófonas. **Etnográfica**, Lisboa, v. 12, n. 1, p. 237-262, maio 2008.

ROWLAND, Robert. Práticas de nomeação em Portugal durante a Época Moderna: ensaio de aproximação. **Etnográfica**, Lisboa, v. 12, n. 1, p. 17-43, maio 2008.

SCOTT, Ana Silvia Volpi; SCOTT, Dario. Análise quantitativa de fontes paroquiais e indicadores sociais através de dados coletados para sociedades do Antigo Regime. **Mediações**, Londrina, v. 18, n. 1, p. 106-124, jan./jul. 2013.

WEIMER, Rodrigo de Azevedo. **A gente da Felisberta**: consciência histórica, história e memória de uma família negra no litoral rio-grandense no pós-emancipação (c. 1847 – tempo presente). Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.